

<p>... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de outubro de 2023 da Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.</p> <p>impedimentos, assumindo definitivamente a Presidência, pelo prazo restante do mandato em curso, em caso de impedimento permanente ou renúncia do Presidente, acumulando as funções até o final do mandato: Parágrafo Onze: O Secretário do Conselho terá as seguintes atribuições: (a) realizar a gestão do fluxo de informações e integração entre o Conselho de Administração, Presidência, Diretoria Estatutária e Não Estatutária, bem como órgãos fiscalizadores; (b) agir em conformidade com o Estatuto Social; (c) apoiar os processos de governança do Aché e manter os membros do Conselho e dos Comitês atualizados em relação às melhores práticas; (d) auxiliar o presidente do Conselho na definição dos temas relevantes a serem incluídos na agenda das reuniões e na convocação da Assembleia Geral; (e) encaminhar a agenda e material de apoio às reuniões do Conselho e integrá-los com os membros da Diretoria, a fim de assegurar a qualidade das informações; (f) elaborar e lavar as respectivas atas e outros documentos no livro próprio e coletar as assinaturas de todos os conselheiros que dela participam, além de consignar o comparecimento de eventuais convidados; (g) promover o arquivamento, se necessário, das atas nos órgãos competentes, assim como sua publicação no órgão de imprensa oficial e em jornal de grande circulação, se for o caso, e (h) administrar o portal de governança e zelar pela atualização, segurança e fluxo das informações, além de assegurar a equidade e acesso permanente aos usuários. Parágrafo Doze: Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Vice-Presidente, e, na sua ausência concomitante, por um Conselheiro eleito pelos presentes. Parágrafo Treze: Fica vedada a eleição cumulativa de membros do Conselho de Administração para cargos da Diretoria Executiva Estatutária e vice-versa. Artigo 10. O Conselho de Administração reunir-se-á no mínimo 6 (seis) vezes ao ano ou extraordinariamente, sempre que os interesses da Sociedade assim o exigirem. Parágrafo Primeiro: As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Sociedade. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico que permita a perfeita identificação do participante, o registro de sua presença, participação e voto, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Os dados para participação remota deverão constar do edital de convocação da respectiva reunião. O Presidente do Conselho ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da Reunião de Conselho de Administração em nome do(s) conselheiro(s) que tiver(em) participado da reunião remotamente. Oportunamente a ata será transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Sociedade e será assinada pelos conselheiros que participaram da reunião. Parágrafo Segundo: Deverão ser publicadas e arquivadas no registro do comércio as atas de reunião do Conselho de Administração da Sociedade que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. Artigo 11. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, por sua própria iniciativa ou a pedido, por escrito, de qualquer membro do Conselho ou pelo(a) Diretor(a) Presidente, por meio de aviso por escrito, carta ou correio eletrônico (e-mail), com comprovante de recebimento, com (i) pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência da data de realização da reunião, em primeira convocação, e (ii) pelo menos 3 (três) dias de antecedência da data de realização da reunião, em segunda convocação. A notificação de convocação deverá incluir (a) a data, hora e local da reunião; (b) a pauta; e (c) cópias de todos os documentos e propostas relacionados aos assuntos incluídos na pauta. Parágrafo Único: Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração. Artigo 12. As reuniões do Conselho de Administração deverão contar com a presença de, no mínimo, 6 (seis) dos Conselheiros em exercício. Caso este quórum não seja atingido na primeira convocação, na data da reunião não realizada, será convocada, com 3 (três) dias de antecedência, outra reunião, podendo esta ser instalada com pelo menos 5 (cinco) Conselheiros presentes, sendo que a ordem do dia da reunião original não será modificada para fins de realização de segunda convocação. Parágrafo Único: As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples dos presentes, devendo sempre observar e respeitar os termos e condições previstos em lei, neste Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Sociedade. Artigo 13. O Conselheiro, ao identificar, na pauta de reunião do Conselho de Administração, assunto que possa caracterizar conflito entre os seus próprios interesses e os interesses da Sociedade deverá abster-se de ter acesso às informações, de votar e/ou de tomar a decisão relacionada ao tema, ou de qualquer forma, intervir em tais assuntos. Parágrafo Único: Dentre as matérias da ordem do dia não poderão constar itens genéricos, incompletos ou inespecíficos. Somente as matérias expressamente previstas na ordem do dia poderão ser deliberadas, a menos que todos os Conselheiros em exercício e presentes em Reunião de Conselho decidam em contrário e resolvam discutir e aprovar pautas adicionais emergenciais. Artigo 14. Compete exclusivamente ao Conselho de Administração: (i) estabelecer as diretrizes básicas das políticas, os objetivos e a orientação geral dos negócios da Sociedade, bem como monitorar e orientar sua implementação; (ii) aprovar os orçamentos e investimentos anuais e plurianuais da Sociedade, bem como os respectivos planos de negócios considerando aspectos estratégicos, financeiros, de governança e socioambientais relacionados; (iii) submeter à Assembleia Geral, com seu parecer, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social; (iv) submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício; (v) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva Estatutária, sendo um(a) Diretor(a) Presidente, um(a) Diretor(a) Administrativo Financeiro e os demais sem designações específicas; (vi) aprovar a contratação dos membros titulares como Diretores Não Estatutários com assessoramento do Diretor(a) Presidente que indicará as necessidades e melhores competências para apoiar a Diretoria Executiva Estatutária; (vii) aprovar o Regimento Interno da Diretoria e dos Comitês vinculados à Administração da Sociedade; (viii) aprovar proposta à Assembleia Geral do plano anual de remuneração variável e participação nos lucros vinculados ao desempenho econômico-financeiro da Sociedade, que será aplicado a diretores e empregados; (ix) autorizar a abertura e fechamento de filiais, depósitos, agências e escritórios e outros estabelecimentos de interesse da Sociedade; (x) autorizar a alienação de bens do ativo imobilizado de valor superior a R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) e inferior a R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais), em uma ou série de operações realizadas e relacionadas ao mesmo objeto nos últimos 12 meses; (xi) autorizar a alienação ou operação de bens imóveis de valor entre R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) e R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais), em uma ou série de operações realizadas e relacionadas ao mesmo objeto nos últimos 12 meses; (xii) autorizar a constituição de ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre os bens do ativo imobilizado da Sociedade para garantia de operações realizadas no exclusivo interesse da Sociedade de valor superior a R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) e inferior a R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais); (xiii) manifestar, para submeter tal matéria à deliberação da Assembleia Geral, sobre a aquisição, cessão ou transferência, operação e renúncia a qualquer título, de direitos da Sociedade relativos a fórmulas químicas e farmacêuticas, processos produtivos, melhorias, estudos científicos, tecnologias, sistemas, programas, invenções, licenciamentos, nomes de domínio, marcas e patentes de qualquer classe ou gênero, bem como relativos àqueles registros objeto da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (RDC/ANVISA) nº 31/2014 (medicamentos clones), e sobre atos de lançamento de produtos, inclusive para fins de celebração de contratos, acordos e instrumentos, incluindo documentos preliminares, relacionados a estas matérias; (xiv) manifestar, para submeter tal matéria à deliberação da Assembleia Geral, a descontinuidade definitiva de fabricação, comércio ou importação de produtos pela Sociedade, e as descontinuidades temporárias que excedam o prazo de 12 meses; (xv) aprovar previamente qualquer transação que gere um endividamento para a Sociedade, assunção de dívida, empréstimo, operações de mútuo ou financiamento, captação de recursos e a emissão de quaisquer instrumentos de créditos, emissão e cancelamento de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, ou a concessão de qualquer garantia real ou fidejussória (para a própria Sociedade ou empresas controladas ou coligadas), entre R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) e R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais), por operação ou em uma série de operações relacionadas ao mesmo objeto nos últimos 12 meses; (xvi) submeter à Assembleia Geral sobre o pagamento ou crédito de juros a título de remuneração do capital próprio e/ou de dividendos já aprovados e declarados na forma da Lei das S.A. e deste Estatuto; (xvii) instituir e extinguir comitês com atribuições específicas que poderão, inclusive, abranger atividades de auditoria interna, operacional e de gestão, nomear seus membros e estabelecer seus respectivos regimentos e competências; (xviii) escolher, nomear ou destituir auditores independentes mediante prévia instrução da Assembleia Geral de acionistas; (xix) aprovar investimento entre R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) e R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais), em uma ou série de operações realizadas e relacionadas ao mesmo projeto nos últimos 12 (doze) meses, exceto quando previsto em orçamento anual ou plano de negócios já aprovados pelo Conselho de Administração; (xx) autorizar previamente a celebração, aditamento ou rescisão de contratos, acordos ou transações de qualquer natureza pela Sociedade (excetuados os contratos, acordos ou transações cujas matérias sejam expressamente reguladas de forma diferente no presente Estatuto), bem como renúncias a direitos, que resultem em assunção de obrigações pela Sociedade em valor entre R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) e R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais) em um período de 12 meses, exceto quando esses contratos, acordos ou instrumentos vinculantes forem relacionados a operações previstas em orçamento anual ou plano de negócios já aprovados pelo Conselho de Administração; (xxi) autorizar contratos, acordos ou quaisquer instrumentos, incluindo documentos preliminares, que resultem em assunção de obrigações de aquisição de matérias-primas pela Sociedade que extrapolem as quantidades normais de aquisição de referidas matérias-primas, e que possam afetar o capital de giro da Sociedade, ainda que tal aquisição se preste para criação de estoques de segurança ou se justifique por qualquer outra oportunidade comercial até o limite de R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais), exceto quando esses contratos, acordos ou instrumentos vinculantes forem relacionados a operações previstas em orçamento anual ou plano de negócios já aprovados pelo Conselho de Administração; (xxii) autorizar a prestação de garantias a obrigações de terceiros em valor até R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais) em um período de 12 (doze) meses, quando não relacionadas às atividades operacionais da Sociedade ou dela decorrentes; (xxiii)</p>	<p>autorizar a celebração de acordos judiciais ou extrajudiciais, individualmente ou em conjunto com outras Pessoas, em especial quando disserem respeito à União, Estados Municípios ou Distrito Federal, repartições públicas federais, estaduais e municipais, inclusive autarquias administrativas e paraestatais, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista, em valor entre R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) e R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais); (xiv) aprovar Books de projetos e produtos com investimento entre R\$ 3.000.000,00 (Cinco milhões) e R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais); (xv) discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa e transações com Parte Relacionadas tratadas em Política interna específica; e (xvii) aprovar qualquer das matérias previstas neste Artigo 14 em relação a qualquer Subsidiária da Sociedade, <i>mutatis mutandis</i>. Parágrafo Único: Para os fins deste Estatuto, "Transações com Parte Relacionada" significa, qualquer transação com Parte Relacionada definida em Política interna, de um lado, e a Sociedade e/ou uma Subsidiária, de outro lado, que deverá ser negociada, contratada e desenvolvida no melhor interesse da Sociedade, por meio de um processo transparente e em bases comutativas, consistentemente com os princípios e procedimentos que devem nortear os negócios, contratos e transações com terceiros em geral, de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e sem conflito de interesses. Seção III - Da Diretoria Executiva Estatutária. Artigo 15. A Diretoria Executiva Estatutária da Sociedade será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 8 (oito) membros, residentes e domiciliados no Brasil, sendo um(a) Diretor(a) Presidente, um(a) Diretor(a) Administrativo Financeiro e os demais sem designações específicas, devendo estes ser residentes no País, que serão eleitos e destituídos em Assembleia Geral, para um mandato de 1 (um) ano e permitida a reeleição. Parágrafo Primeiro: Os acionistas, bem como seus respectivos ascendentes, descendentes, cônjuge, companheiro ou colaterais até 3º grau, não poderão exercer cargo na Diretoria ou Sociedade. Parágrafo Segundo: Ocorrendo destituição, morte, renúncia, impedimento permanente comprovado, ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva de cargo ocupado por Diretor Executivo Estatutário, incluindo o(a) Diretor(a) Presidente, será convocada uma Assembleia Geral a ser realizada em até 30 (trinta) dias contados da data da referida vacância, para a eleição do seu substituto ou indicação de um interino dentre os membros da Diretoria Executiva Estatutária, que cumprirá o restante do prazo do mandato vigente e permanecerá no cargo até a investidura de seu sucessor. Parágrafo Terceiro: No caso de ausência ou impedimento temporário do(a), o seu substituto provisório será o(a) Diretor(a) Administrativo Financeiro que o(a) representará, e na ausência ou impedimento temporário do(a) Diretor(a) Administrativo Financeiro, caberá ao(a) Diretor(a) Presidente ser seu(a) substituto(a). Entretanto, na ocorrência de ausência ou impedimento temporário simultâneo do(a) Diretor(a) Presidente e Diretor(a) Administrativo Financeiro, o Conselho de Administração indicará entre os Diretores Estatutários quem os representará neste período. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário dos demais Diretores Executivos Estatutários, caberá ao(a) Diretor(a) Presidente indicar, dentre os demais membros da Diretoria Executiva Estatutária, um membro para representar o Diretor ausente ou impedido. A substituição nos termos deste Parágrafo de algum membro da Diretoria Executiva Estatutária ausente ou impedido temporariamente por outro não poderá exceder período igual ou superior a 6 (seis) meses. Na hipótese em que a ausência ou impedimento temporário de um Diretor Executivo Estatutário exceder tal prazo, a posição deverá ser considerada vaga e neste caso aplicar-se-á o disposto no Parágrafo Segundo acima. Parágrafo Quarto: Demais atribuições específicas dos membros da Diretoria Executiva Estatutária constam do Regimento Interno da Diretoria. Parágrafo Quinto: O(a) Diretor(a) Presidente, em virtude de seu papel de liderança, coordenação e supervisão da Diretoria, bem como por sua responsabilidade primordial pelos atos executivos da Sociedade, pode, a seu exclusivo critério, remeter determinada matéria em avaliação pela Diretoria para apreciação do Conselho de Administração quando apurar ausência de consenso entre os membros da Diretoria Executiva Estatutária. Artigo 16. A Diretoria Executiva Estatutária, por o alcance do objeto social, exercerá todas as atribuições necessárias para gerir, administrar e representar a Sociedade perante terceiros, nos limites da lei, do fixado pelo presente Estatuto e em Acordo de Acionistas arquivado na sede social, bem como pelas deliberações das Assembleias Gerais, podendo contratar, assumir direitos, obrigações, contrair financiamentos em geral, alienar, adquirir e onerar bens móveis e imóveis. Parágrafo Primeiro: As reuniões da Diretoria Executiva Estatutária poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada oportunamente por todos os membros presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registros de Atas da Diretoria Estatutária da Sociedade. Parágrafo Segundo: As reuniões da Diretoria Executiva Estatutária serão consideradas validamente instaladas com a presença da maioria absoluta de seus membros. Parágrafo Terceiro: As deliberações da Diretoria Executiva Estatutária deverão sempre ser aprovadas pela maioria simples dos membros que estiverem presentes em reunião, cabendo ao(a) Diretor(a) Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. Artigo 17. Compete ainda à Diretoria Executiva Estatutária: (xii) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social da Sociedade, as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (xi) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, observando aspectos estratégicos, financeiros, de governança e socioambientais relacionados; (xii) elaborar o relatório anual da Diretoria e as demonstrações financeiras da Sociedade a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral; (xiii) elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração o Regimento Interno da Diretoria e respectivas propostas de alteração; (xiv) elaborar, para aprovação do Conselho de Administração, o plano anual de remuneração variável e participação nos lucros vinculados ao desempenho econômico-financeiro da Sociedade, que será aplicado a todos os diretores e empregados; (xv) elaborar, para aprovação do Conselho de Administração, os orçamentos e investimentos anuais e plurianuais da Sociedade, bem como os respectivos planos de negócios, os projetos de expansão e os programas de investimento da Sociedade, observando aspectos estratégicos, financeiros, de governança e socioambientais relacionados; (xvi) celebrar, com expressa autorização do Conselho de Administração, acordos ou transações de qualquer natureza pela Sociedade, exceto quando previstos em orçamento anual ou plano de negócios já aprovados pelo Conselho de Administração; (xvii) autorizar a constituição de ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre os bens do ativo imobilizado da Sociedade para garantia de operações realizadas no exclusivo interesse da Sociedade em valor até o limite de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais); (xviii) realizar qualquer transação que gere um endividamento para a Sociedade, assunção de dívida, empréstimo, operações de mútuo ou financiamento, captação de recursos e a emissão de quaisquer instrumentos de créditos, ou a concessão de qualquer garantia real ou fidejussória (para a própria Sociedade ou empresas controladas ou coligadas) em valor até o limite de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais), por operação ou em uma série de operações relacionadas ao mesmo objeto nos últimos 12 meses; (xix) realizar investimento em valor até o limite de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais), em uma ou série de operações realizadas e relacionadas ao mesmo projeto nos últimos 12 (doze) meses, exceto quando previsto em orçamento anual ou plano de negócios já aprovados pelo Conselho de Administração; (xx) aprovar Books de projetos e produtos com investimento até o limite de R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais); (xxii) aprovar a descontinuidade temporária de fabricação, comércio ou importação de produtos pela Sociedade para atendimento a questões regulatórias e/ou motivadas por eventos de caso fortuito/força maior, limitada ao prazo de 12 meses; (xxiii) celebrar, aditar ou rescindir contratos, acordos ou transações de qualquer natureza pela Sociedade (excetuados os contratos, acordos ou transações cujas matérias sejam expressamente reguladas de forma diferente no presente Estatuto), bem como renúncias a direitos, que resultem em assunção de obrigações pela Sociedade em valor até o limite de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) em um período de 12 meses, exceto quando esses contratos, acordos ou instrumentos vinculantes forem relacionados a operações previstas em orçamento anual ou plano de negócios já aprovados pelo Conselho de Administração; (xxiv) celebrar acordos judiciais ou extrajudiciais, individualmente ou em conjunto com outras Pessoas, em especial quando disserem respeito à União, Estados Municípios ou Distrito Federal, repartições públicas federais, estaduais e municipais, inclusive autarquias administrativas e paraestatais, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista, em valor até o limite de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais); (xvii) instituir políticas internas de gestão, alçadas e de regras e condutas, incluindo normas quanto a temas ESG, e zelar pelos respectivos cumprimentos, garantindo, assim, melhor governança e controle da Sociedade, observadas as orientações estabelecidas pelo Estatuto Social, Acordo de Acionistas e deliberações em Reuniões de Conselho de Administração e em Assembleias Gerais; e (xxvii) monitorar os desenvolvimentos normativos e as melhores práticas sobre temas relacionados aos compromissos e práticas ESG da Sociedade. Artigo 18. Observadas sempre as hipóteses que exigem aprovação dos acionistas ou do Conselho de Administração estabelecidas na Lei das S.A., no Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Sociedade ou no presente Estatuto Social, em especial ao estabelecido no Artigo 16 e das atribuições individuais da Diretoria Executiva Estatutária fixadas no Artigo 17, a Sociedade será sempre representada e obrigada-se, quando representada: a) pela assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores Executivos Estatutários; b) pela assinatura de 1 (um) Diretor Executivo Estatutário e 1 (um) procurador com poderes específicos outorgados em procuração pública; c) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos outorgados em instrumento de mandato assinado por 02 (dois) Diretores Executivos Estatutários; ou d) por um único Diretor Executivo Estatutário, desde que previamente autorizado pelo Conselho de Administração; e) pela assinatura de 1 (um) representante especial, constituído através de ato de delegação da Diretoria Executiva Estatutária, explicitando todos os poderes que serão delegados ao representante, desde que tal delegação tenha sido expressamente aprovada em deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro: Observados os limites da lei, deste Estatuto e os fixados</p>	<p>por deliberações das Assembleias Gerais, a Sociedade poderá ser representada por um único diretor ou procurador com poderes específicos e suficientes para tanto, (i) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, órgãos do Poder Judiciário, Receita Federal, Secretarias da Fazenda, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores entre outros; (ii) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias; e (iii) para recebimento de intimações, citações, notificações, ou intermediações, ou ainda para representação da Sociedade em juízo. Parágrafo Segundo: Os instrumentos de mandato outorgados pela Sociedade serão sempre assinados, conjuntamente, por 02 (dois) Diretores Executivos Estatutários, e deverão: (i) especificar os poderes outorgados aos procuradores; (ii) definir se a assinatura dos procuradores deverá ser conjunta ou isolada; (iii) definir o prazo, que deverá ser sempre determinado e de, no máximo, 1 (um) ano, podendo ser renovado; e (iv) impossibilitar o subestabelecimento. Exceatemas das regras estipuladas nos itens (iii) e (iv) acima as procurações outorgadas com os poderes das cláusulas <i>ad iudicia</i> ou <i>ad iudicia et extra</i>, inclusive para fins de representação em processos administrativos e procedimentos arbitrais, que poderão vigorar por prazo indeterminado e com a faculdade de serem subestabelecidas. Capítulo V – Do Conselho Fiscal. Artigo 19. A Sociedade terá um Conselho Fiscal não permanente que se instalará na forma e nas hipóteses do parágrafo 2º, do Artigo 161, da Lei das S.A., a fim de desempenhar as atribuições previstas em lei. Artigo 20. O Conselho Fiscal, quando instalado, deverá ser composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, sendo admitida a reeleição. Parágrafo Primeiro: Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal encerra-se na data da primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação. Parágrafo Segundo: Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão. Parágrafo Terceiro: O Conselho Fiscal, se instalado, deverá aprovar seu regulamento interno, que deverá estabelecer as regras gerais de seu funcionamento, estrutura, organização e atividades. Parágrafo Quarto: As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por 02 (dois) membros do Conselho Fiscal. Parágrafo Quinto: O quórum de instalação das reuniões do Conselho Fiscal é de maioria dos membros em exercício e as decisões serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Conselheiros presentes à reunião. Parágrafo Sexto: A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada na Assembleia Geral em que forem eleitos e, a sua competência, deveres e responsabilidades obedecerá ao disposto na legislação e regulamentação aplicáveis. Parágrafo Sétimo: Ocorrendo destituição, morte, renúncia, impedimento permanente comprovado, ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva de membro do Conselho Fiscal, incluindo o Presidente, será convocada uma Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em até 30 (trinta) dias contados da data da referida vacância, para a eleição do seu substituto ou indicação de um interino dentre os membros do Conselho, que cumprirá o prazo de mandato vigente. Parágrafo Oitavo: No caso de ausência ou impedimento temporário, o Conselheiro ausente ou impedido temporariamente deverá indicar, dentre os demais membros do Conselho Fiscal, um Conselheiro para representá-lo. Neste caso, o substituto ou representante deverá, inclusive para fins de voto em reunião, balanços intermediários em períodos menores para efeito de distribuição de lucros, pagamento de juros sobre capital próprio, redução de capital ou operações que envolvam a Sociedade em fusões, incorporações ou cisões, de acordo com as disposições legais vigentes. Parágrafo Quarto: O efetivo pagamento das distribuições aprovadas pelos acionistas será realizado nas datas e sob as condições deliberadas pelo Conselho de Administração. Artigo 25. Poderá ser criada, mediante proposta da Diretoria Executiva Estatutária, aprovada pela Assembleia Geral, uma comissão de arbitragem para a resolução de conflitos decorrentes das disputas decorrentes de produtos, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e investimentos em ativo imobilizado vinculados ao negócio da Sociedade, na forma do Artigo 194 da Lei das S.A. Parágrafo Único: A reserva prevista no caput do Artigo 25 será fixada na Assembleia Geral Ordinária que tratar da distribuição dos lucros e dividendos, e levará em consideração a proposta formulada pela Diretoria Executiva Estatutária e aprovada pelo Conselho de Administração que contenha estimativa do valor necessário, tendo por referência o custo de lançamentos anteriores. Capítulo VII – Do Juízo Arbitral. Artigo 26. Todos os litígios surgidos das disputas decorrentes deste Estatuto serão dirimidos, de forma definitiva, segundo as regras então existentes da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (<i>International Chamber of Commerce – ICC</i>), vigentes à época do conflito. O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros nomeados de acordo com tais regras. O procedimento de arbitragem será conduzido na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A arbitragem será conduzida em português e o direito material que rege as relações previstas no presente Estatuto é o direito brasileiro. Os acionistas, desde que especificamente renunciarem, de forma irrevogável e irretirável, a toda e qualquer espécie de recurso ou outra medida que porventura pudessem ser dirigida ao Poder Judiciário, relativa à validade da presente Cláusula Arbitral, ficando convenicionado, ainda, que a decisão dos árbitros será final e irreversível, desde que renunciando ao eventual direito de recorrer ou, de qualquer forma, impugnar a referida decisão. Artigo 27. Independentemente do disposto neste Capítulo, fica ressalvado o direito dos acionistas de ingressarem em juízo para obter tutela jurisdicional coercitiva ou cautelar, enquanto o Tribunal Arbitral não houver sido constituído. Parágrafo Primeiro: Poderão os acionistas, ainda, requerer perante o Poder Judiciário, medida que se mostre necessária para evitar o perecimento iminente de direito, desde que não analise ou decida a respeito do mérito ou da substância da controvérsia entre as partes. Parágrafo Segundo: Com relação às medidas indicadas acima, fica eleito o foro da Comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, renunciando-se a quaisquer outros tribunais. Capítulo VIII – Da Imposição de Ônus. Artigo 28. É vedada a instituição de quaisquer ônus, gravames, alienação fiduciária, caução, penhores, outros tipos de direitos reais de garantia, penhores, arrestos, opções de compra sobre as ações de emissão da Sociedade, assim como a instituição sobre elas de quaisquer outras obrigações que comportem, como execução específica, a transferência de ações. Parágrafo Único – Será permitida a instituição de ônus de usufruto sobre as ações da Sociedade, seja em relação aos seus direitos patrimoniais e/ou aos seus direitos políticos, mediante aviso prévio, escrito aos demais acionistas e à Sociedade, ficando expressamente vedada, em qualquer caso, a instituição do usufruto em favor de beneficiário que não seja (i) direta ou indiretamente acionista da Sociedade, (ii) controlado por acionista da Sociedade, nos termos do Artigo 116 da Lei 6.404/76; ou (iii) ascendente de acionista da Sociedade. Capítulo IX – Da Dissolução e Liquidação. Artigo 29. A dissolução total ou a liquidação da Sociedade somente ocorrerá por deliberação da totalidade dos acionistas, respeitadas as disposições legais e de Acordo de Acionistas arquivado na sede da Sociedade. Parágrafo Único: Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e eleger o(s) liquidante(s) e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação. Capítulo X – Disposições Gerais. Artigo 30. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições legais vigentes, em especial os preceitos da Lei das S.A. Artigo 31. A nulidade, no todo ou em parte, de qualquer Artigo deste Estatuto Social, não afetará a validade ou exequibilidade das demais disposições. Artigo 32. São nulos de pleno direito quaisquer atos praticados pelos Administradores ou representantes da Sociedade em desacordo com este Estatuto Social. Artigo 33. A Sociedade deverá sempre cumprir com o Acordo de Acionistas arquivado em sua sede, nos termos do Artigo 118 da Lei das S.A. A administração da Sociedade deverá abster-se de registrar qualquer transferência de ação contrária aos termos do referido Acordo de Acionistas e o presidente das Assembleias Gerais de Acionistas e das Reuniões do Conselho de Administração e de Diretoria Executiva Estatutária deverão abster-se de computar qualquer voto emitido em violação ao Acordo de Acionistas arquivado na sede social. São Paulo/SP, 28 de novembro de 2023. Acionistas: Adilberto Panzenboeck Dellape Baptista, Admilro Dellape Baptista Junior, Raphael Baptista Netto, Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista, Rodolpho Panzenboeck Dellape Baptista, Carlos Eduardo Depieri, José Luiz Depieri, Patricia Depieri Parseguiam, Paula Regina Depieri, Jonas de Campos Sialuys, Lara de Campos Sialuys, Tatiana de Campos Sialuys Zanchetta.</p>
---	--	---

